



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**REQUERIMENTO N.º , DE 2026**  
**(DO SR. CHICO ALENCAR)**

Requer a inclusão de convidado para o seminário constante no Requerimento nº 10/2026.

Senhor (a) Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento de nº 10/2026, que trata sobre o pedido de seminário com o objetivo de debater uma Nova Economia para o país.

Para tanto, tendo em vista a expertise e relevância técnica em apreço, indico a inclusão dos senhores/as:

1. Ministra Esther Dweck - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
2. Francisco Gaetani - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
3. Olavo Noletto - Conselheiro
4. Professor Sergio Gabrielli - Universidade Federal da Bahia
5. Marília Bassetti - BNDES
6. Giancarlo Gama - Conselheiro
7. Cristina Reis - Ministério da Fazenda
8. Camila Gramkow - CEPAL
9. Luiz Antonio Elias - FINEP
10. Pedro Silva Barros - IPEA



## JUSTIFICAÇÃO

A chamada Nova Economia parte do reconhecimento de que o Brasil e o mundo atravessam uma crise multidimensional (econômica, social, climática e de representação política) que evidencia os limites dos modelos econômicos atuais. Trata-se de uma abordagem conceitual e política orientada à construção de um novo modelo de desenvolvimento que articule indissociavelmente as dimensões econômica, social e ambiental. Seus principais fundamentos são a justiça social, a ação climática, a conservação da biodiversidade, o fortalecimento da democracia e o papel estratégico do Estado na promoção do desenvolvimento sustentável.

O objetivo é enfrentar desigualdades estruturais, promover a reindustrialização baseada na inovação, viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono e assegurar trabalho digno e bem-estar para toda a população, com especial ênfase nos grupos sociais mais vulnerabilizados. Por isso, a Nova Economia não pode se resumir a medidas isoladas - precisa de coerência e de articulação estratégica entre políticas e instrumentos econômicos.

Debater essa agenda no âmbito do Parlamento brasileiro é fundamental, uma vez que grande parte dos instrumentos necessários para viabilizar essa transformação depende também de iniciativas legislativas. O Congresso Nacional é o espaço central de formulação, deliberação e diálogo democrático sobre os possíveis rumos do país em direção a um desenvolvimento econômico que seja também justo e sustentável.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 2026.

**Deputado Chico Alencar**

**PSOL/RJ**

